os fins consignados na respectiva disposição testamentária.

Paços do Governo da República, 31 de Julho de 1916.—O Ministro do Interior, *Brás Mousinho de Albuquerque*.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Secretaria Geral

PORTARIA N.º 727

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Finanças, de conformidade com a consulta favorável do Conselho de Seguros, autorizar como requereu, a Nova Companhia de Seguros Douro, com sede no Porto, a reformar os seus estatutos, unanimemente aprovados em sessão de assemblea geral extraordinária de 15 de Junho findo, devendo observar-se na execução do artigo 7.º o preceituado na portaria n.º 346, de 23 de Abril de 1915.

Paços do Governo da República, 31 de Julho de 1916.—Pelo Ministro das Finanças, o Sub-Secretário de Estado, *Artur R. de Almeida Ribeiro*.

PORTARIA N.º 728

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Finanças, de conformidade com a consulta favorável do Conselho de Seguros, autorizar a Sociedade Anónima, Limitada, União Resseguradora, a exercer a indústria de resseguros sobre todos e quaisquer ramos de seguros autorizados por lei ou que de futuro o venham a ser, segundo as cláusulas e prémios das sociedades resseguradas às quais cederá as comissões usuais nas praças de Lisboa e Porto, além de uma participação nos lucros anuais provenientes de carteira de resseguros que cada sociedade ceder.

Paços do Governo da República, 31 de Julho de 1916.—Pelo Ministro das Finanças, o Sub-Secretário de Estado, *Artur R. de Almeida Ribeiro*.

PORTARIA N.º 729

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Finanças, em vista da consulta favorável do Conselho de Seguros, autorizar a Companhia de Seguros Indemnizadora, com sede no Porto, a reformar os seus estatutos, em conformidade com os documentos que apresentou e ficam arquivados na secretaria do referido Conselho.

Paços do Governo da República, 31 de Julho de 1916.—Pelo Ministro das Finanças, o Sub-Secretário de Estado, *Artur R. de Almeida Ribeiro*.

PORTARIA N.º 730

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Finanças, de conformidade com a consulta favorável do Conselho de Seguros, conceder autorização à Companhia de Seguros A Popular, com sede em Lisboa, para nos seguros terrestres, mobílias, estabelecimentos, etc., cobrir além dos riscos de fogo casual e fogo proveniente de greves e tumultos que já legalmente explora, mais os de incêndio, roubo, deterioração, destruição, etc., causados por comoção civil, revolução, guerra ou outras quaisquer causas.

Paços do Governo da República, 31 de Julho de 1916.—Pelo Ministro das Finanças, o Sub-Secretário de Estado, *Artur R. de Almeida Ribeiro*.

PORTARIA N.º 731

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Finanças, de conformidade com a consulta fa-

vorável do Conselho de Seguros, autorizar a Companhia de Seguros A Compensadora, com sede em Lisboa, a garantir, como requereu, nos seguros de ramo terrestre, agrícola, vidros e postal, os riscos de greve, tumultos e guerra, ficando derogadas as disposições em contrário, existentes nas respectivas apólices.

Paços do Governo da República, 31 de Julho de 1916.—Pelo Ministro das Finanças, o Sub-Secretário de Estado, *Artur R. de Almeida Ribeiro*.

DECRETO N.º 2:534

Atendendo ao que pela Intendência dos Bens dos Inimigos foi representado sobre a impossibilidade de manter os serviços da sua Secretaria, desde já e sómente pela receita prevista no artigo 7.º do decreto n.º 2:471, de 24 de Junho de 1916;

Considerando que, por serem demoradas as liquidações de bens de inimigos, se torna impossível a pronta efectivação das receitas previstas no citado artigo 7.º e está portanto a Intendência temporariamente privada dos meios indispensáveis para ocorrer às suas inadiáveis despesas;

Considerando que ao Governo cumpre obviar a compromissos, tomados uns em face de disposições legais vigentes, resultantes outros de necessário cumprimento das mesmas disposições;

Considerando, porém, que as providências a adoptar devem ser tomadas de modo que delas não venha a resultar qualquer prejuízo para os interesses do Tesouro;

Usando das autorizações concedidas pela lei n.º 373, de 2 de Setembro de 1915:

Hei por bem, ouvido o Conselho de Ministros e sob proposta do Ministro das Finanças, decretar o seguinte:

Artigo 1.º Para pagamento das despesas liquidadas e a liquidar no actual ano económico, por virtude e nos termos do disposto no artigo 7.º do decreto n.º 2:471, de 24 de Junho de 1916, serão abertos pela Direcção Geral da Contabilidade Pública o crédito ou créditos necessários, a favor do Ministério das Finanças, e a inscrever na tabela das despesas do mesmo Ministério, em capítulo e artigo e pela importância que em diploma especial fôr determinado.

Art. 2.º A medida que a Intendência dos Bens dos Inimigos realizar receitas por força da execução do artigo 7.º do mencionado decreto, irá reembolsando o Estado das quantias por elle pagas.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Presidente do Ministério e os Ministros de todas as Repartições assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 31 de Julho de 1916.—**BERNARDINO MACHADO**—*António José de Almeida*—*Brás Mousinho de Albuquerque*—*Luis Pinto de Mesquita Carvalho*—*José Mendes Ribeiro Norton de Matos*—*Vitor Hugo de Azevedo Coutinho*—*Francisco José Fernandes Costa*—*Joaquim Pedro Martins*—*António Maria da Silva*.

Direcção Geral das Alfândegas

3.ª Repartição

DECRETO N.º 2:535

Sob proposta do Ministro das Finanças e de acôrdo com a consulta do Conselho do Serviço Técnico Aduaneiro, datada de 11 de Julho corrente: hei por bem aprovar a tabela de valores mínimos para a cobrança dos direitos *ad valorem* sobre os géneros de exportação nacional, tabela que dèste decreto faz parte integrante e que há-de vigorar no terceiro trimestre do corrente ano.

Paços do Governo da República, 31 de Julho de 1915.—**BERNARDINO MACHADO**—*António José de Almeida*.